

José Rubens Plates

O FINANCIAMENTO E A  
GESTÃO DO SISTEMA  
PENITENCIÁRIO

EDITORA LUMEN JURIS

RIO DE JANEIRO

2021

Copyright ● 2021 by José Rubens Plates

Categoria: Direito Privado Financeiro e Tributário

**PRODUÇÃO EDITORIAL**  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

**Diagramação:** Rômulo Lentini

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.  
não se responsabiliza pelas opiniões  
emitidas nesta obra por seu Autor.  
É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer  
meio ou processo, inclusive quanto às características  
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais  
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,  
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e  
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil  
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

P716f

Plates, José Rubens

O financiamento e a gestão do sistema penitenciário / José Rubens Plates.  
... Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2021.  
224 p. : il., tabelas, gráficos ; 23 cm.

Bibliografia : p. 177-202.

ISBN 978-65-5510-600-8

1. Direito penitenciário. 2. Direito financeiro. 3. Prisões – política  
governamental. 4. Finanças públicas. 5. Orçamento. I. Título.

CDD 345

Ficha catalográfica elaborada por Roge Silva CRB-8/010483

## Sumário

1. Introdução.....	1
2. Federalismo e Sistema Penitenciário.....	5
2.1 Federalismo fiscal e autonomia financeira dos entes.....	6
2.2 Federalismo cooperativo. Repartição de competências no sistema penitenciário - “federalismo penitenciário” .....	8
3. Aspectos Penais e Fáticos da Questão Prisional .....	13
3.1 A missão do direito penal. Teorias e funções da pena .....	13
3.2 Evolução e humanização das penas.....	17
3.3 Direitos das pessoas presas. Regras mínimas da ONU para tratamento dos prisioneiros de 2015 (regras de Mandela).....	24
3.4 Dados globais do aprisionamento. Sistemas estrangeiros.....	27
3.4.1 Dados globais do aprisionamento .....	27
3.4.2 Estados Unidos da América.....	30
3.4.3 Noruega.....	32
3.4.4 Holanda.....	35
3.4.5 México.....	36
3.4.6 Colômbia.....	37
3.5 As condições do sistema penitenciário brasileiro. O descompasso constitucional.....	39
3.5.1 Dimensão nacional do problema.....	50
3.5.2 Mulheres na prisão. HC Coletivo 143.641/SP (o STF e as presas gestantes e mães de crianças).....	56
3.5.3 A Pandemia do Coronavírus (COVID-19) e o relaxamento das prisões.....	59

4. Financiamento do Sistema Penitenciário Brasileiro .....	63
4.1 O custo do encarceramento. Despesas públicas com a manutenção dos presos.....	63
4.1.1 Obrigação do preso no custeio da sua manutenção.....	75
4.2 Responsabilidade pelo custeio. União, estados-membros e distrito fe- deral. A questão dos municípios.....	77
4.3 Sistema Penitenciário Federal (SPF). O papel da União .....	85
4.4 Fundo Penitenciário Nacional (FUNPEN) e seu regime jurídico .....	89
4.4.1 Repasses intergovernamentais do FUNPEN. transferências voluntárias e obrigatórias .....	98
4.5 Gestão e fiscalização do FUNPEN. Transparência .....	103
4.5.1 Desvio de Finalidade. Tredestinação .....	103
4.5.2 Contingenciamentos. Obras Inacabadas. Devoluções de Recursos .....	105
4.5.3 Fiscalização e Responsabilização. Controladoria. Tribunal de Contas. Ministério Público .....	109
5. Modelos de Gestão penitenciária. Alternativas ao aprisionamento e custos.....	119
5.1 Gestão tradicional. Administração direta .....	119
5.2 Privatização. Terceirização da gestão. Cogestão. Parcerias público-privadas (PPP's).....	124
5.3 Gestão pelo terceiro setor. Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC). Método humanizado.....	131
5.4 Monitoramento eletrônico. Tornozeleiras e pulseiras. Linha de financiamento pelo FUNPEN .....	135
5.5 As artes na reintegração social dos presos.....	139
6. Política Penitenciária, Orçamento Público e Poder Judiciário.....	145
6.1 Intervenção judicial na política penitenciária. O estado da arte.....	145

6.2 “Estado de coisas inconstitucional” - ECI. Violação generalizada e sistemática de direitos fundamentais. ADPF 347 MC/DF.....	153
6.3 Reserva do possível e limitações orçamentárias na questão prisional. RE 592.581/RS.....	158
6.4 A pessoa presa na jurisprudência internacional dos direitos humanos...	163
7. Conclusão .....	169
Referências .....	177